

Cultura e desenvolvimento social e humano na pauta das discussões do Mondiacult*

Lia Calabre**

Resumen

El presente artículo pretende revisar parte del proceso de construcción del campo de las políticas culturales llevado a cabo por la Unesco en las décadas de 1970 y 1980. Serán consideradas tanto la Declaración de la Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales en América Latina y el Caribe de 1978, como las resoluciones aprobadas en la Conferencia Mundial de Políticas Culturales – Mondiacult 1982. Los análisis buscan dialogar con la temporalidad en que las materias fueron propuestas, reflexionando sobre algunos de los problemas estructurales brasileños que no permitieron la consolidación efectiva de políticas públicas en el campo de la cultura que aspiren al desarrollo social y humano, teniendo la cultura como afirmación de vida y libertad. Comprobamos que aún quedan temas y cuestiones residuales, pendientes de resolución y que necesitan ser reubicados en la pauta de las discusiones de políticas públicas, pero ahora en un contexto muy diverso y aún más complejo.

Palabras clave. Cultura y desarrollo. Unesco. Mondiacult. Declaración de México. Declaración de Bogotá.

Abstract

The present article intends to revisit part of the process of construction of the cultural policies conducted by Unesco in the 1970s and 1980s through the analyses of the Declaration of the Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Latin America and the Caribbean, of 1978, and the resolutions approved in the World Conference on Cultural Policies -

* Recibido: 09-08-22. Aceptado:21-10-22.

** Doutora em história. Professora dos programas de pós graduação “Memória e Acervos” da Fundação Casa de Rui Barbosa e de “Cultura e Territorialidades” da Universidade Federal Fluminense. Membro da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão, do LABAC-UFF e do Cult-UFBA.

Mondiacult, 1982. The analyzes seek to dialogue with the temporality in which the issues were proposed, reflecting on some of the Brazilian structural problems that did not allow the effective consolidation of public policies in the field of culture which aimed at social and human development having culture as an affirmation of life and freedom. We found that there are remaining issues and problems pending resolution, that need to be placed back on the agenda of public policy discussions, but nowadays in a much more diverse and complex context.

Keywords. Culture and development. Unesco. Mondiacult. Declaration of Mexico. Declaration of Bogotá.

Resumo

O presente artigo pretende revisitar parte do processo de construção do campo das políticas culturais conduzido pela Unesco nas décadas de 1970 e 1980. Serão trabalhadas tanto a Declaração da Conferência Intergovernamental sobre políticas culturais na América Latina e Caribe, de 1978, quanto as resoluções aprovadas na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais – Mondiacult, de 1982. As análises buscam dialogar com a temporalidade na qual as problemáticas foram propostas, refletindo sobre alguns dos problemas estruturais brasileiros que não permitiram a consolidação efetiva de políticas públicas no campo da cultura que visem ao desenvolvimento social e humano tendo a cultura como afirmação de vida e de liberdade. Verificamos que ainda há questões e problemáticas remanescentes, pendentes de resolução, que necessitam ser recolocadas na pauta das discussões das políticas públicas, só que agora em um contexto muito diverso e complexificado.

Palavras chave. Cultura e desenvolvimento. Unesco. Mondiacult. Declaração do México. Declaração de Bogotá.

Introdução

Néstor García Canclini (2019), nos alerta para o fato de que “documentar as políticas culturais é uma tarefa indispensável para podermos continuar falando sobre elas”, assim como para aprender com as experiências realizadas (p. 52). Ao olharmos para a América Latina na busca de identificar os processos de elaboração e implementação de políticas

culturais verificamos a recorrência de duas situações recorrentes: I - alguns dos nossos países não vivenciaram experiências efetivas de implementação de políticas culturais; II - alguns outros países vivenciaram processos efetivos, mas com períodos de descontinuidade de implantação de projetos, ações e políticas culturais. Além das situações sinteticamente acima elencadas, há ainda o fato de que as disputas sobre o controle da memória tendem a resultar em ações de apagamento de experiências de práticas e ações de políticas culturais, em especial daquelas realizadas em parceria efetiva com a sociedade civil ou de alguma maneira protagonizadas pelas classes populares.

No Brasil, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a produção de estudos sobre a problemática do direito à cultura e sobre a construção necessária de políticas públicas de cultura, ainda era incipiente, tanto no que tange às ações do governo federal, quanto aos governos estaduais ou municipais, ainda que algumas experiências importantes já tivessem ocorrido. Uma visita aos trabalhos acadêmicos produzidos sobre o tema nos informa que este havia sido pouco explorado como objeto de tese ou de dissertação (Calabre, 2014). As análises, oriundas dos mais diversos campos de conhecimento, sobre as políticas públicas de cultura no Brasil, apontavam para uma ausência da temática tanto nos estudos acadêmicos, quanto, mesmo, nos registros das práticas cotidianas da gestão pública.

Ao retornarmos o olhar para as décadas 1970 e 1980, em especial para a América Latina, tanto no cenário da gestão pública, quanto no dos estudos acadêmicos, verificamos que as políticas culturais estiveram presentes tanto nas pautas de construção de políticas públicas, quanto na tentativa de estruturação de um novo campo de estudo respectivamente. A estruturação de uma noção de políticas públicas para o campo de cultura foi trabalhada, de maneira intensa, nessas duas décadas, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco com o conjunto dos países membro. Levantamentos sobre a gestão pública da cultura foram realizados e alguns estudos acadêmicos encomendados. O ponto culminante de todo o esforço empreendido nesse sentido foi o da realização, em 1982, da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais – Mondiacult, na cidade do México. O envolvimento dos países membros se deu através de publicações, estudos, consultas e conferências regionais realizadas, em sua maioria, sob os auspícios da Unesco, ao longo da

década de 1970, gerando uma série de desdobramentos em ações e estudos nas décadas seguintes, além da realização da própria Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais.

No início de 2022 - em uma espécie de diálogo com o que foi feito no processo que antecedeu a conferência de 1982-, a Unesco iniciou a realização de reuniões preparatórias, em formato de consultas regionais virtuais. Segundo os documentos base das reuniões os resultados obtidos deverão ser trabalhados de maneira a contribuir para a elaboração da pauta de debates e das discussões que terão lugar na Conferência Mundial da Unesco sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável – MODIACULT 2022, com previsão para ser realizada em setembro de 2022, na cidade do México. Esse é um momento interessante para revisitarmos os documentos, revermos os registros dos processos, refletirmos sobre as discussões e deliberações aprovadas, enfim, continuarmos a falar sobre as políticas culturais, como nos recomendou García Canclini, para que possamos caminhar na direção de uma maior efetividade dentro de uma lógica democrática e participativa, reconhecendo os direitos culturais das populações, considerando a cultura como um importante fator de desenvolvimento humano e sustentável.

O presente artigo pretende visitar parte desse processo da construção do campo das políticas culturais conduzido pela Unesco nos anos 1970 e início de 1980. Serão trabalhados tanto o documento final e, mais especificamente, a Declaração produzida na Conferência Intergovernamental sobre políticas culturais na América Latina e Caribe, realizada em janeiro de 1978, na cidade de Bogotá, quanto as resoluções aprovadas na própria da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais – Mondiacult, realizada em 1982, na cidade do México, sintetizadas na Declaração do México. As análises buscam dialogar com a temporalidade na qual as questões, problemáticas e propostas foram elaboradas, refletindo sobre alguns dos problemas estruturais que assolam o nosso país e que não permitiu a consolidação efetiva de políticas públicas no campo da cultura que visem o desenvolvimento social e humano e que tenham a cultura como afirmação de vida e de liberdade. Logo, podemos afirmar que ainda há questões e problemáticas remanescentes, pendentes de resolução, que necessitam ser recolocadas na pauta das discussões das políticas públicas, só que agora em um contexto muito diverso, complexificado pelos novos processos tecnológicos e pelas novas dinâmicas culturais.

A Unesco e as políticas culturais: um mergulho nos documentos

Na busca de identificar e compreender o processo de construção da noção de políticas culturais que passou a ser mais largamente utilizada a partir dos anos 1980, em especial nos países da América Latina, optamos por trabalhar, prioritariamente, com os documentos produzidos nos encontros realizados pela Unesco. No presente artigo, trabalharemos mais especificamente com as discussões e resultados produzidos na conferência regional de Bogotá, em 1978. A Organização tem disponível on-line uma série significativa de documentos do encontro referente à região da América Latina e do Caribe. Temos entre eles alguns dos estudos que foram encomendados a especialistas, as várias versões dos convites e pautas enviadas para os países participantes, informes intermediários, informes finais e declarações. Uma análise mais detida das pautas de discussão e do registro do posicionamento sobre as mesmas dos representantes dos países - a partir por exemplo da reestruturação ou do reordenamento da temática a ser debatida – nos revela parte da percepção corrente sobre a cultura e especificamente sobre as políticas culturais de uma parcela dos participantes. As informações presentes nos documentos são colocadas em diálogo com outras visões e versões presentes na historiografia existente sobre o tema. Dada a própria natureza do trabalho, é importante ressaltar que o presente artigo está longe de esgotar a temática.

Quando percorremos a historiografia nacional e internacional sobre as políticas culturais, encontramos uma espécie de consenso de que o grande marco internacional do campo foi o da criação do Ministério dos Assuntos Culturais da França, em 1959, com André Malraux como Ministro. Ainda que diversos autores apontem também inúmeras experiências, ocorridas na primeira metade do século XX, que podem ser consideradas como de implementação de políticas culturais, a experiência francesa é considerada pela grande maioria deles tanto, como aquela que foi a melhor acabada em termos de institucionalização do campo, quanto, como a de maior efetividade. Segundo Philippe Urfalino, a França foi

responsável pela “invenção das políticas culturais” que serviu de inspiração para o processo de aceleração da institucionalização das mesmas em outros países.¹ Segundo Albino Rubim,

Inventadas as políticas culturais, sua inserção como tema relevante na agenda pública internacional decorre não só do exemplo francês, mas principalmente da atividade desenvolvida no campo da cultura pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). (Rubim, 2009: 97)

Em seu artigo, Rubim nos apresenta dois quadros sintéticos com o que considera como as principais ações e iniciativas da Unesco tanto no campo a cultura, como especificamente no das políticas culturais. Ele identifica a Mesa Redonda sobre Políticas Culturais de Mônaco, realizada em 1967, como a primeira atividade na qual a problemática das políticas culturais é tratada. Albino assinala ainda que o segundo destaque do campo foi dado por um documento intitulado “Gênese da ideia de encontro sobre as políticas culturais”, de 1968 e que um terceiro marco importante é o da Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais, ocorrida em Veneza, em 1970. (Rubim, 2009: 97-98).

Nos preâmbulos de informe final do Mondiacul de 1982, há a explícita referência a essa Conferência de 1970 como um divisor de águas no tratamento dispensado às políticas culturais. Segundo o documento da Unesco a Conferência tinha como objetivo “elaborar una síntesis de la experiencia adquirida en materia de políticas y prácticas en la esfera de la cultura desde la Conferencia Intergubernamental sobre los Aspectos Institucionales, Administrativos y Financieros de las Políticas Culturales.” (Unesco, 1982: 5) Ou seja, as deliberações e resoluções adotadas pela Conferência Mundial de Políticas Culturais de 1982, representava a síntese de mais uma década de investimento em encontros, documentos e discussões.

No processo de preparação da Conferência Mundial, foram realizadas conferências regionais na Europa, Ásia, África e na América Latina y Caribe. No presente artigo, como dito anteriormente, dialogaremos somente com os informes finais da Conferência Intergovernamental da América Latina y Caribe (Bogotá-1978) e da Conferência Mundial

¹ No caso do Brasil, o Conselho Federal de Cultura, criado em 1966, em plena ditadura civil-militar, espelhava-se nas ações francesas, como a da criação das Casas de Cultura, ou sobre a discussão da necessidade de produção de informações que subsidiassem as decisões da gestão. Ver: CALABRE, Lia. A institucionalização das políticas culturais em tempos de ditadura civil-militar. In. CALABRE, Lia. Escritos sobre políticas culturais.

(México-1982). Tradicionalmente nos encontros e conferências realizados pela Unesco são produzidas declarações que expressam a síntese das proposições. No caso das políticas culturais não é diferente. A Declaração de Bogotá e a Declaração do México, integram os informes finais das conferências aqui trabalhadas. Nos informes finais aqui trabalhados constam a relação dos participantes, a síntese das temáticas trabalhadas a cada dia pelos grupos de trabalho que se formaram com o resumo das discussões, inclusive registrando as posições divergentes. Além das deliberações das plenárias finais e alguns dos discursos das principais autoridades presentes.

O objeto central da Conferência Intergovernamental da América Latina era o da construção de uma noção de políticas culturais a ser adotada pelos participantes, em função das questões e dos problemas específicos que os estados-membros da região vivenciavam. Ela deveria dialogar com as dinâmicas culturais locais, visando construir estratégias para o desenvolvimento cultural, no qual a cultura e as políticas culturais estivessem incluídas no projeto de desenvolvimento dos países como um todo. (Unesco, 1978: 5) As discussões e deliberações ocorreram ao longo de 11 dias (de 10 a 20 de janeiro de 1978), A Conferência de Bogotá, foi antecedida por diversas reuniões preparatórias. Os pontos das Ordens do Dia, foram discutidos em 1976, com estudiosos no Panamá e os instrumentos de análise sobre desenvolvimento cultural foram debatidos com outro grupo de especialistas em Kingston, em 1976. Artistas e intelectuais se reuniram em Paris, em 1977, em outra reunião prévia da Conferência de Bogotá, que também foi subsidiada por diversos estudos que foram encomendados mais pontualmente sobre a região. (Unesco, 1978: 5 - 6)

As conferências e suas recomendações: algumas reflexões

Nas discussões e na síntese dos resultados da Conferência de Bogotá, logo de início, temos expresso o embate das duas posições ideológicas antagônicas que marcam a história da conquista, colonização e desenvolvimento dos países que compõem a América Latina e que ainda se mantém vigentes: a dos que veem como positiva o processo de conquista europeu das terras americanas e os que denunciam e condenam o massacre dos povos originários. Ao longo desses cinco séculos os países foram se tornando independentes politicamente, entretanto, em sua maioria optou por se manter colonizado culturalmente a

ponto de não reconhecer como cultura os fazeres e saberes dos povos originários e dos povos escravizados.

De maneira sintética, as discussões apresentadas no documento podem ser divididas em duas posições. Uma primeira, que considera o processo de conquista como uma “empresa de alta cultura”, como uma ação civilizatória e positiva – que termina por apoiar a subalternização, dominação, chegando muitas vezes ao extermínio das culturas locais – e, uma segunda, que classifica as conquistas como uma ruptura trágica, que terminou por destruir e fazer desaparecer muitas das valiosas contribuições intelectuais e materiais dos povos pré-colombianos. (Unesco, 1978: 7) O tema do reconhecimento cultural dos povos originários ganhou relevância. Entre os documentos que compõem o Informe Final da Conferência temos o conjunto das recomendações de procedimentos a serem adotados pelos países membros, que foram elaboradas para cada um dos temas chave que foram debatidos. No tema Identidade Cultural, na Recomendação nº 1, temos o reconhecimento de que “sin la incorporación plena de los indígenas, con respeto absoluto a su identidad cultural, algunas formas de esa marginalidad y desarraigo se perpetuarían em la región” (Unesco, 1978: 27), impedindo um pleno desenvolvimento cultural. No preâmbulo da Recomendação nº 2, foi remarcado que:

la independencia política não representó automaticamente la emancipación económica ni tampoco la ideológica o cultural y los intereses neocoloniales han pugnado en los últimos dos siglos por seguir imponiendo pautas, modelos y valores ajenos, distorcionando así los perfiles de la identidad cultural latinoamericana. (Unesco, 1978: 27)

Quatro décadas depois, tais visões, ou melhor disputas com grupos ainda hegemônicos, estão ainda muito vigentes no continente. A primeira acima citada, que desvaloriza e desqualifica os saberes e fazeres dos povos originários, serve de base para o avanço sobre os recursos naturais dos países, capitaneado por uma elite predatória, que atua dentro da lógica do neoliberalismo e termina por gerar imensos e intensos conflitos com os povos originários que ainda habitam os reduzidos percentuais de áreas ricas em recursos naturais, com flora e fauna em situação de risco de extinção. No caso brasileiro, há ainda a tentativa de também não reconhecer os direitos dos descendentes dos escravizados ocupantes de terras reconhecidamente quilombolas.

Retornando aos documentos e passando para a tentativa de identificar possíveis diálogos, alinhamentos ou mesmo antagonismos entre as discussões e os resultados obtidos em Bogotá e as resoluções finais da Declaração do México,² destacamos alguns temas que consideramos chave para análise.

Um primeiro elemento de destaque é o da delimitação de um conceito de cultura que pudesse vir a ser operado tanto dentro do campo das políticas culturais locais quando no das ações de cooperação cultural internacional. As declarações da Unesco são iniciadas, tradicionalmente, com um conjunto de considerações, no caso da de Bogotá e da do México as primeiras delas tratam do conceito de cultura.

Na Declaração de Bogotá, é possível identificar uma forte preocupação em garantir a autonomia das culturas locais. A resolução busca, de alguma maneira, criar estratégias de resistência aos processos de dominação cultural, de domesticação dos imaginários presentes na difusão de produtos culturais estrangeiros, em especial, daqueles que circulavam (e ainda circulam) através dos meios de comunicação de massa. A Declaração de Bogotá considera que:

[...] a cultura, como conjunto dos valores criadores de uma sociedade e expressão dela mesma, é essencial a esta não como simples meio ou instrumento subsidiário da atividade social; que o autêntico desenvolvimento nasce das virtudes, da vontade de cada povo e de suas personalidades criadoras (Unesco, 1978: 23) [tradução nossa].

A Declaração de Bogotá termina esse primeiro grupo de considerações afirmando que todos os esforços envidados têm que ter como principal objetivo garantir a liberdade humana, pois esse é o princípio inalienável da vida. É importante observar que, na década de 1970, muitos dos países da América Latina, ainda viviam sob regimes ditatoriais, com a presença forte da censura e da repressão. De alguma maneira o documento procura sinalizar para a necessidade do restabelecimento da liberdade e da democracia no conjunto do continente.

Como já vimos, as discussões preliminares para a realização da Conferência Mundial ocuparam mais de uma década, com iniciativas realizadas em praticamente todos os continentes, criando possibilidades de trocas intensas de informações e conhecimentos entre

² As conferências, convenções e, também, nas mesas-redondas realizadas pela Unesco, tradicionalmente, resultam em um documento síntese, em formato de declaração, que contém recomendações, indicações e considerações, muito utilizados nos documentos e ações dos estados-membros da Organização.

os países membros. A declaração final procurou produzir uma síntese das discussões e apresentar proposições e princípios que possam guiar as ações do conjunto dos países-membro.

Na Declaração do México, no primeiro grupo de considerações feitas, também temos o estabelecimento de um conceito de cultura que visa a permitir a construção de políticas culturais democráticas, contribuindo na direção do desenvolvimento humano e sustentável.³

[...] a conferência concorda em que, no seu sentido mais amplo, a cultura pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. Concorda também que a cultura dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo. É ela que faz de nós seres especificamente humanos, racionais, críticos e eticamente comprometidos.⁴ (Unesco,1982)

É interessante destacar que o conceito de cultura sintetizado pela Mondiacult passou a ser muito utilizado desde então, em especial, em documentos oficiais. A Declaração do México, como foi anteriormente dito, é a síntese das discussões que foram se acumulando nas conferências intergovernamentais realizadas e se propunha a estabelecer princípios que deveriam guiar a construção de políticas culturais pelos mais diversos países. Tais princípios foram divididos em algumas temáticas mais gerais, tais como: identidade; dimensão cultural do desenvolvimento; cultura e democracia, entre outros.

A partir dos temas presentes na Declaração da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, fizemos um caminho inverso e buscamos identificar como foram conduzidas as discussões sobre a dimensão cultural do desenvolvimento na Conferência Intergovernamental de 1978.

Segundo o informe final da Conferência Intergovernamental sobre as políticas culturais da América Latina e do Caribe, o primeiro e principal ponto de debate foi o da “identidade cultural”, que estava proposto como o primeiro das ordens do dia.⁵ A pedido de

³ O conceito de cultura cunhado na Declaração do México passou a ser utilizado em uma série de documentos e estudos.

⁴ O texto aqui utilizado é uma tradução da declaração original realizada pelo ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, disponibilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁵ Denominação que se dá a pauta apresentada para discussão em cada uma das seções de debates.

uma delegação o ponto foi dividido em: a) dimensão cultural do desenvolvimento; b) pluralismo cultural e unidade nacional; e, c) preservação do patrimônio e expansão dos valores culturais. Um outro tema proposto para o debate que sofreu modificações foi o do “desenvolvimento cultural”, que terminou dividido em: a) investigação, planificação e financiamento; b) integração dos valores culturais nos processos educativos; c) participação na vida cultural e o papel da comunicação; d) fomento a criação e a educação artística; e, e) formação de pessoal. As modificações não foram de consenso unânime entre as delegações, mas acabaram prevalecendo. É interessante ressaltar que alguns dos subitens que foram propostos em Bogotá, se mostraram muito relevantes e foram absorvidos como tópicos de destaque na declaração final do Conferência Mundial em 1982.

Na década de 1970, os modelos de desenvolvimento baseados em princípios meramente econômicos começam a ser muito questionados. Modelos econômicos baseados em lemas tais como, “Primeiro temos que fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”, cunhado pelo então Ministro da Economia brasileiro, Delfim Neto (1967-1974), se mostraram concentradores de riqueza e, a longo prazo, agravaram os índices de desigualdade social presentes no país. Tais problemas não ocorriam somente no Brasil, havia uma crise econômica mundial. Nesse período ganham força algumas correntes teóricas que defendiam outros desenhos e conceitos de desenvolvimento que não estivessem restritos aos indicadores unicamente econômicos.

Nas proposições e debates realizados na Conferência de Bogotá, temos o reforço da importância da dimensão cultural do desenvolvimento. No documento há a afirmativa de que “o desenvolvimento para ser eficaz e eticamente valioso deve inspirar-se na cultura e reafirmá-la, este apresenta uma dimensão cultural que lhe é essencial;” (Unesco, 1978: 23); que uma concepção de desenvolvimento “baseada somente em fatores econômicos” gera o aprofundamento dos problemas estruturais do subdesenvolvimento (p. 24), e mais ainda, considera que “o mero crescimento econômico não compensado por uma adequada e eficaz política cultural provoca sérios desajustes no estilo de vida dos povos” (p. 24).

Ao buscar refletir e estabelecer proposições sobre o desenvolvimento cultural em si mesmo, foram colocadas com destaque as problemáticas do financiamento e da gestão, da formação e do fomento, da liberdade de participação e do papel cumprido pelos meios de

comunicação de massa - naquele momento, os países da América Latina já viviam o processo de dominação do mercado cultural pelos produtos estrangeiros, em especial os de origem norte-americana. Entre as recomendações temos a do reconhecimento de que “o desenvolvimento cultural constitui uma das alternativas mais válidas para lutar contra a marginalidade, o desenraizamento, a transculturação compulsiva e a dependência”. (Unesco, 1978: 27)

A Declaração de Bogotá também lista o que foi considerado como elementos constitutivos inseparáveis do desenvolvimento cultural, tais como: o encaminhamento do processo de melhoramento global da vida dos povos; que a identidade cultural é a vida dos povos, tendo origem no passado e se projetando para o futuro; que as exigências da vida atual impõem uma conciliação entre os fundamentos tradicionais e as exigências da vida moderna; que a política cultural deve clamar por uma participação ampla, responsável e democráticas dos meios de comunicação de massa, entre outros. (Unesco, 1978: 24)

Entre os princípios das políticas culturais proclamados pela Declaração de Bogotá, destacamos:

- A cultura e seu desenvolvimento estão estreitamente vinculados a comunicação, a educação, a ciência e tecnologia e, em consequência disso, as respectivas políticas devem ser pactuados dentro da concepção de desenvolvimento integral.
- Cada um dos componentes culturais da América Latina e do Caribe deverá ser devidamente apreciado, preservado e desenvolvido de acordo com suas características e sem prejuízo dos demais.
- A América Latina e o Caribe respeitam a identidade cultural de todos os povos, e reivindicam firmemente o respeito a sua própria, rechaçando todas as formas de dominação cultural. (Unesco, 1978: 25) [tradução nossa].

Passando para a Declaração do México, encontramos em seu primeiro parágrafo a referência ao fato de que o verdadeiro desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade somente é possível com as contribuições da educação e da cultura. Após a definição do conceito de cultura (já acima apresentado), entre as considerações iniciais, a Declaração do México lista um conjunto de princípios que devem reger as políticas culturais, dos quais destacamos alguns dos referentes à dimensão cultural do desenvolvimento. São eles:

- A cultura constitui uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento e contribui para fortalecer a independência, a soberania e a identidade das nações. O crescimento tem sido concebido frequentemente em termos quantitativos, sem levar em conta a sua necessária dimensão qualitativa, ou seja, a satisfação das aspirações espirituais e culturais do homem. O

desenvolvimento autêntico persegue o bem estar e a satisfação constantes de cada um e de todos.

- É indispensável humanizar o desenvolvimento; o seu fim último é a pessoa, sua dignidade individual e sua responsabilidade social. O desenvolvimento supõe a capacidade de cada indivíduo e cada povo de informar-se e aprender a comunicar suas experiências.

- O homem é o princípio e o fim do desenvolvimento.

- Qualquer política cultural deve resgatar o sentido profundo e humano do desenvolvimento. Requerem-se novos modelos e é no âmbito da cultura e da educação que serão encontrados.

(Unesco,1985: 3)

A Declaração do México, em sua síntese, aponta para a importância da relação entre cultura e desenvolvimento para o campo da elaboração das políticas culturais. Os temas cultura e desenvolvimento e diversidade cultural, ao longo da década de 1980, vão ocupando a agenda da Unesco, deslocando a discussão antes centrada na questão específica da elaboração das políticas culturais. Daí se desdobraram ações como a da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural – 1988-1997; a da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (1999); a da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001); e, a da Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

À guisa de conclusão

Passadas quatro décadas, ao revisitarmos o Mondiacult e o encontro preparatório da América Latina e Caribe, podemos afirmar que, à época, foi realizado um significativo mapeamento dos problemas vivenciados pelo conjunto dos países da região. A síntese dos debates transcrita nos documentos deixa expressa os embates seculares existentes entre as visões colonizadas e descolonizadoras sobre a cultura, assim como evidencia a riqueza cultural dos territórios e a necessidade da ampliação (ou mesmo implosão) do conceito de cultura operado na região. Há um uso constante do termo territórios e não países reforçando à necessidade de reconhecimento e de fortalecimento da cultura local, deixando evidente a existências de outras fronteiras, para além das oficiais, que separam os países entre si, como é o caso quando pensamos no território coberto pela floresta amazônica.

As discussões foram intensas e as formas de abordagem das questões, muitas vezes, apontaram caminhos que foram efetivamente seguidos por alguns países – podemos aqui

utilizar o exemplo da Colômbia, com a aprovação da Lei Geral da Cultura em 1997. Também ficam evidentes as dificuldades que deveriam ser enfrentadas para a construção de projetos de valorização das culturas locais, em especial as de base comunitária, a efetiva ampliação dos direitos culturais e a elaboração de políticas e projetos que tivessem por base, de fato, a democracia cultural.

Nos resultados da Conferência de Bogotá, que tinha como principal objetivo a elaboração de princípios e pressupostos que permitissem a estruturação de políticas culturais que respondessem às necessidades da região, por exemplo, estavam presentes as recomendações de que estas “se inspirem no conceito básico de liberdade da pessoa humana no marco da cada comunidade e se orientem a assegurar o desenvolvimento criativo e dinâmico das culturas” e ainda, que sejam desenhadas com “o maior respeito a originalidade, autenticidade e liberdade dos valores da cultura”. (Unesco, 1978: 28) Uma crítica geral a ausência de liberdade, de democracia, de participação social, vivenciada por muitos países da região naquela década de 1970, no mesmo momento em que o documento era redigido e assinado pelo conjunto de países participantes.

Os preconceitos arraigados, a valorização das culturas de elite e a necessidade de muitos investimentos em formação de pessoal e de inserção de um conceito ampliado de cultura nos currículos da educação em geral também foram ressaltados. Ainda hoje, pensando na realidade brasileira, vemos que um dos grandes desafios a ser enfrentado em todo o país é o da formação de agentes públicos que consigam compreender e operar com o conceito ampliado de cultura, que reconheçam e valorizem a diversidade cultural, inserindo efetivamente a cultura no campo das políticas públicas, operando com a dimensão cultural do desenvolvimento com o objetivo de construir uma sociedade menos desigual e mais democrática.

Parte do que foi pensado, discutido e proposto, nas Conferências de políticas culturais da Unesco, foi lentamente sendo implementado nas décadas que se seguiram, através de caminhos que ora fizeram avançar o processo de construção das políticas culturais, ora retroceder as iniciativas construídas, na busca da efetiva implantação de políticas democráticas e inclusivas. As ações da Unesco, contribuíram para a entrada mais efetiva da temática das políticas culturais no campo dos estudos acadêmicos, na introdução da temática

cultura nos mais diversos órgãos nacionais produtores de informações e indicadores para o campo das políticas públicas. Os próprios institutos da Unesco passaram a produzir estatísticas sobre o campo da cultura.

Ao longo da segunda das décadas de 1980 e 1990, alguns dos nossos países da América Latina, destacando aqui a experiência brasileira, foram vivenciando processos de redemocratização acompanhados por uma nova onda do liberalismo econômico, que buscou reduzir a presença do estado e esvaziar de sentido os processos de fortalecimento das políticas públicas oriundos das diversas lutas por direitos sociais.

Ainda que não seja nosso objetivo específico analisar o tempo presente, ao olharmos para a experiência brasileira dos anos 2000, vemos que somente em 2003, ou seja, vinte anos depois do Mondiacult, o país iniciou a construção de políticas públicas de cultura de maneira democrática e participativa. As recomendações e declarações pactuadas internacionalmente nos anos 1970 e 1980, começaram a ser colocadas em prática. Foi o momento da construção de um Sistema Nacional de Cultura, com planos, conselhos, fundos, que permitissem o ingresso definitivo da cultura no campo das políticas públicas. O Brasil se destacou no processo de aprovação da Convenção da Diversidade Cultural, foram retomadas as discussões sobre a fundamental relação cultura e desenvolvimento. O Programa Cultura Viva com os Pontos de Cultura extrapolou as fronteiras do país e se multiplicou por países vizinhos tais como a Argentina, o Uruguai, o Peru, entre outros.⁶ O país avançou na demarcação das terras indígenas, na busca do reconhecimento dos conhecimentos culturais ancestrais, na valorização das culturas populares, efetivando muitos dos direitos que estavam previstos na Constituição de 1988.

Podemos afirmar que a primeira década e meia do presente século foi extremamente rica em experiências no campo das políticas culturais em diversos países da América Latina, em especial no sentido do reconhecimento dos direitos e da cidadania cultural. Entretanto, a este se seguiu um outro, no qual parte de nossos países, como o Brasil, passou a viver uma onda conservadora, de desmonte de muitos dos direitos sociais e culturais. A década de 2020

⁶ Para mais informações ver: Calabre, Lia. Riqueza e desafios das políticas públicas de cultura: o programa cultura viva e os diálogos com a América Latina. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, 21(42), 289-314

é iniciada com uma pandemia mundial que aumenta as mazelas vividas. Como escrevi em um outro artigo em 2020:

O Brasil enfrenta alguns vírus que atingiram pesadamente o setor cultural. O primeiro a destacar é o coronavírus, que obrigou a adoção das medidas de isolamento social, acarretando a paralização das atividades artísticas e culturais. Mas ele não é o único. A arte e a cultura do país vêm sofrendo ataques sistemáticos de outros vírus, como o da intolerância, o do autoritarismo, o do obscurantismo, o do conservadorismo, todos propagados no fértil ambiente criado por um grupo que ascendeu ao poder, em especial ao governo federal, na gestão que teve início em 2019. (Calabre, 2020: 9)

O retorno da luta pelo reconhecimento dos direitos culturais, pela valorização da diversidade cultural, pode nos levar a superação de problemas causados por séculos de dominação cultural, permitindo assim a visualização mais clara das dimensões culturais do desenvolvimento social, humano e econômico. Ao pensar no estabelecimento de metas para o futuro, é importante revisitarmos as experiências anteriores com uma espécie de lupa para buscar localizar e entender as pedras que estavam no caminho e nos levaram a tanto a tropeços, quanto ao desvio completo das rotas originalmente traçadas.

Referencias

- Araujo Aguiar, M. De; de Araujo Aguiar, L. (2021) A pandemia da Covid-19 e seus impactos no setor cultural brasileiro. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 24. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/66308> [visitado em 04/10/2022]
- Calabre, Lia. (2014). Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil: análises e tendências. PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Ano 4 (7) set. 2014, 109-129 Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10392> [visitado em 01/09/2022]
- _____. (2019). Escritos sobre políticas culturais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://catedrapoliticasculturais.rb.gov.br/escritos-sobre-politicas-culturais-de-lia-calabre-disponivel-para-download/> [visitado em 01/09/2022]
- _____. (2020). A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. Revista Extraprensa, 13(2), 7-21. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/170903> [visitado em 04/10/2022]
- _____. (2022). Riqueza e desafios das políticas públicas de cultura: o programa cultura viva e os diálogos com a América Latina. Brazilian Journal of Latin American Studies, 21(42), 289-314. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/185303> [visitado em 04/10/2022]

- De Giorgi, Alvaro. (2021). De la alta cultura a las batallas culturales. Paradigmas en disputa en políticas culturales. *Políticas Culturais Em Revista*, 14(1), 290–313. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/41994> (visitado em 04/10/2022)
- García-Canclini. Néstor. (2019). *Política Cultural: conceito, trajetória e reflexões*. Salvador: Edufba, Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32115/1/POLITICA-CULTURAL%20-%20RI.pdf> [visitado em 01/09/2022]
- Nivón Bolán, Eduardo.(2022). La noción de cultura en la Unesco. Problemas y posibilidades. In: Calabre, Lia. et all (org.) *Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina*. Salvador: Edufba, Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35797/1/cult35-REPO.pdf> [visitado em 04/10/2022]
- Pérez De Cuellar, Javier. (1997). *Nossa Diversidade Criadora: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Unesco.
- Rocha, Renata et all. *Modiacult + 40: políticas culturais e desenvolvimento em época(s) de crise*. In: Calabre, Lia. et all (org.) (2022). *Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina*. Salvador: Edufba, Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35797/1/cult35-REPO.pdf> [visitado em 04/10/2022]
- Rubim, Antônio Albino C. (2019). Uma visita aos conceitos de políticas culturais na América Latina. *Políticas Culturais Em Revista*, 12(1), 259–283. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/28779> [visitado em 04/10/2022]
- _____. (2009) *Políticas Culturais e novos desafios*. *Revista MATRIZes*. Ano 2 – nº 2, 93-115 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38226> [visitado em 01/09/2022]
- Unesco. (1982). *Declaração do México*. In. IPHAN. 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf> [visitado em 01/09/2022]
- _____. (1978). *Conferência Intergubernamental sobre las políticas culturales en América Latina y el Caribe. Informe final – 10 a 20 de enero de 1978*. Paris, 1978. Disponível em: <http://documentacion.cidap.gob.ec/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=4652> [visitado em 01/09/2022]
- _____. (1982) *Conferência Mundial sobre las Políticas Culturales. Informe Final*. Paris. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000052505> (visitado em 01/09/2022)
- _____. (1983). *Índice analítico de las recomendaciones de la Conferência Mundial de Políticas Culturales*. Oficina Regional de Cultura para América LatinaY el Caribe. Havana, 1983. Disponível em: <http://sisbiv.bnv.gob.ve/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=23883> [visitado em 01/09/2022]
- Urfalino, Philippe. (2015) *A invenção da política cultural*. São Paulo: Edições Sesc.
- Yúdice, George. (2019). *Inovações na Política Cultural e no Desenvolvimento na América Latina*. *Políticas Culturais Em Revista*, 12(1), 121–156. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/30408> [visitado em 04/10/2022]

